



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo  
32ª Câmara de Direito Privado

**Registro: 2014.0000698407**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0027106-77.2004.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP, é apelado VANDERSON FERNANDES DOS SANTOS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

**ACORDAM**, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RUY COPPOLA (Presidente) e FRANCISCO OCCHIUTO JÚNIOR.

São Paulo, 30 de outubro de 2014

**CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo  
32ª Câmara de Direito Privado

VOTO Nº 00.862

**Apelação Cível (com revisão) nº 0027106-77.2004.8.26.0007**

Comarca de São Paulo/Fórum Regional de Itaquera/3ª Vara Cível

Juiz(a): Daniella Carla Russo Greco de Lemos

Apelante(s): Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo -  
SABESP

Apelado(a)(s): Vanderson Fernandes dos Santos (menor representado)

**ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Responsabilidade objetiva – Concessionária de serviços públicos –  
Vítima criança com 5 anos de idade – Danos pessoais e morais –  
Ação indenizatória acolhida – Inexistência de prova de culpa  
exclusiva da vítima – Sentença mantida no mérito – Artº 37, § 6º  
da Constituição Federal – Pensão vitalícia fixada em metade do  
salário mínimo, a partir da data em que a vítima completar 14  
anos de idade – Indenização por danos morais reduzida ao patamar  
de cem salários mínimos à data da sentença - Recurso provido em  
parte.

Sentença proferida a f. 348/70 acolheu ação ordinária  
proposta pelo Autor contra a Ré, condenando-a a pagar R\$ 81.750,00, a título de  
indenização por danos morais, em função de atropelamento sofrido pelo primeiro  
em 11.8.2004. Determinou ainda o pagamento de pensão mensal de um salário  
mínimo desde a data em que o menor completaria 14 anos de idade e devida até  
os seus 65 anos, afora verbas acessórias e da sucumbência.

Recorre a vencida para inverter o resultado. Sustenta que o  
acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, na medida em que o veículo  
dirigido pelo seu preposto fora obrigado a sair do local de marcha-à-ré, mas o fez  
com cuidado, havendo imprudência do Autor, que resolveu brincar na traseira do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo  
32ª Câmara de Direito Privado

veículo.

Secundariamente, pretende que a pensão fique reduzida a 2/3 do salário mínimo e pela metade quando a vítima atingir 25 anos de idade, e que também se reduza o valor fixado a título de danos morais.

Recurso tempestivo, preparado, recebido em ambos os efeitos e contrariado.

Parecer da Procuradoria Geral da Justiça para manutenção da decisão no mérito e redução do valor da pensão fixada.

É o relatório.

O Autor foi atropelado por veículo dirigido por preposto da apelante em 11.8.2004, quando brincava com amigos em frente à sua residência. O veículo imprimia marcha-à-ré na ocasião e os prepostos da apelante já haviam percebido a presença de crianças brincando no local, motivo mais do que suficiente para que se tomasse toda a cautela para evitar acidentes.

Mas o acidente ocorreu e não há demonstração clara de culpa exclusiva da vítima, de tal sorte que imperando, no caso, a disposição do artº 37, § 6º, da Constituição Federal, a responsabilidade da Ré é objetiva, estando acolhido em nosso direito a teoria do risco administrativo.

Assim, no mérito, a ação tinha mesmo que ser acolhida, ainda mais ante a comprovação do dano, atestada em laudo pericial, elaborado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo  
32ª Câmara de Direito Privado

sob o crivo do contraditório, constatado o comprometimento físico em percentual de 20% (f. 143/6), em virtude de fratura de bacia e fêmur esquerdo, com a realização de cirurgia e colocação de fixador externo.

Bem definido pela r. decisão o termo inicial da pensão, a partir da data em que, observada a Constituição Federal, tornar-se-ia possível o trabalho remunerado da vítima, mas o valor devido deve ser reduzido mesmo para metade do salário mínimo, uma vez que a incapacidade apurada pericialmente não é total, ficando acolhido, a tal respeito, o parecer da douta Procuradoria Geral da Justiça, integralmente.

Só para o caso de morte é que se estabelece limitação temporal para o pensionamento. No caso em questão a vítima não faleceu, de sorte que a pensão é devida a ela em caráter vitalício.

Deve ser mantida a indenização por danos morais, uma vez que se mostra razoável ante as consequências para a vítima, ainda no verdor dos anos, em decorrência do infortúnio e a capacidade financeira da apelante.

No entanto, o valor deve ser reduzido à quantia de R\$54.500,00, equivalente a cem salários mínimos da data da sentença, acolhido em parte o recurso.

Em face do exposto, meu voto dá provimento parcial ao recurso, para a redução da pensão vitalícia ao valor de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo mensal e redução da indenização por dano moral, mantidas as demais determinações da r. sentença proferida.

**CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA**  
Desembargador Relator  
(assinatura eletrônica)